

EDITORIAIS

ALERTA PARA
O CONGRESSO

Sem a dimensão das grandes manifestações de 2014 e do início deste ano, mas com a simbologia de primeira onda de protestos da era Temer, milhares de pessoas foram às ruas ontem, em diversas cidades do país, para apoiar a Operação Lava-Jato e criticar os políticos que descaracterizaram o projeto anticorrupção. Convocados pelos mesmos movimentos que coordenaram atos favoráveis ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, brasileiros sem identificação partidária vestiram verde e amarelo para gritar palavras de ordem e ostentar faixas e cartazes de respaldo ao juiz Sergio Moro, além de pedir a saída de lideranças parlamentares como o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ambos da base de

apoio do governo. O protesto foi pacífico e centrado nos temas referidos, mas acendeu a luz amarela no Palácio do Planalto, que teme que a mobilização nacional se volte contra o presidente Michel Temer, que é do mesmo partido dos principais políticos criticados, desfruta de pouca popularidade e não está conseguindo dar rumo favorável à economia.

A verdade é que as principais lideranças políticas do país, aí incluído o próprio presidente, alguns de seus ministros e a maioria dos parlamentares, estão com imensa dificuldade para entender o clamor da população por transparência, honestidade e eficiência. Depois da constrangedora tentativa de autoanistia para o caixa 2, os parlamentares ressuscitaram em hora inoportuna a punição mais rigorosa para o

abuso de autoridade, interpretada pelo Judiciário e pelo Ministério Público como represália à investigação dos crimes de corrupção envolvendo políticos.

Essas verdadeiras trapalhadas, somadas à perspectiva de que a delação premiada da Odebrecht envolva mais de uma centena de nomes ilustres da política nacional, municiaram os manifestantes que se mobilizaram pela internet e voltaram às ruas e praças do país. Num primeiro momento, a manifestação pode ser encarada como um aviso prévio para o Congresso, que precisa urgentemente reavaliar os interesses do país acima do instinto de autopreservação dos parlamentares amedrontados pela Lava-Jato – recém premiada pela Transparência Internacional como principal iniciativa de combate à corrupção no mundo.



CONSTRANGIMENTO ÉTICO

Primero presidente do Senado a se tornar réu no exercício do cargo, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) está perdendo a legitimidade para continuar no comando da Casa. Essa constatação não pode ser confundida com prejulgamento. Como bem diz a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o caso, não se deve fazer juízo de valor, pois o processo ainda não está concluído. O parlamentar precisa ter assegurada o amplo direito de se defender, mas sem que isso comprometa a normalidade dos atos do Senado. O país não pode conviver com o

constrangimento ético de ter um réu na linha sucessória da Presidência da República.

Alvo de 12 inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), oito dos quais decorrentes da Operação Lava-Jato, o senador alagoano responderá por peculato – desvio de bem público em proveito particular. A demora de cerca de uma década para uma decisão sobre o caso só confirma a facilidade que políticos com foro privilegiado encontram para fugir da lei, o que facilita a impunidade.

Em nota divulgada logo após a decisão do STF, o senador frustrou quem esperava um gesto de des-

prendimento de sua parte, pois demonstrou clara intenção de levar sua gestão até o final, em fevereiro do próximo ano. A alegação é de que, contra ele, há apenas “suposição”, “probabilidades”.

Essa resistência perderia o sentido se o Supremo já tivesse se pronunciado definitivamente sobre a proibição de réus ocuparem cargo na linha sucessória da Presidência da República. A maioria dos ministros já se pronunciou favoravelmente ao veto, mas o julgamento foi interrompido. Enquanto isso, resta à sociedade cobrar coerência ética e pedir a saída de quem não se alinha a esse propósito.

ARTIGO

O SIGILO
DA FONTE

PLÍNIO MELGARÉ

Advogado e professor da Faculdade
de direito da PUCRS e FMP
pmelgare@hotmail.com

Um juiz de São Paulo, provocado por um policial, determinou a quebra do sigilo de dados telefônicos de uma jornalista. Na decisão, o juiz relativizou o sigilo profissional, sob o argumento de que este não poderia servir para ocultar crimes. É aceitável essa quebra?

A Constituição Federal resguarda o sigilo da fonte. Mais amplamente, a normatividade constitucional protege a atividade jornalística de eventuais atos estatais que restrinjam seu pleno exercício. O pano de fundo dessa proteção é o próprio direito de acesso à informação: o direito que se tem de informar e de ser informado. Conectados substancialmente a esses direitos, estão a liberdade de expressão e de pensamento, essenciais a qualquer democracia. O sigilo da fonte não é privilégio. É meio essencial que materializa direitos básicos do cidadão.

Posterior aos sombrios tempos ditatoriais, a Constituição brasileira tutela um dos elementos mais sensíveis de uma ordem democrática comprometida com as diversas faces das liberdades do pensamento e de sua manifestação.

De fato, é inaceitável o retrocesso nesse campo. E não se pense estar diante de mera retórica. A preocupação é de ordem prática, tem a ver com a constituição da sociedade em

Ao fim e ao cabo, quando se quebra esse sigilo, quebra-se a democracia

retrocesso nesse campo. E não se pense estar diante de mera retórica. A preocupação é de ordem prática, tem a ver com a constituição da sociedade em que se quer viver – e pensar. A prerrogativa da liberdade de informação jornalística cumpre papel político e social decisivo. E, mais do que um direito subjetivo do jornalista, constitui-se como eficaz ferramenta que implementa o direito da própria coletividade. Decerto que o sigilo da fonte não é absoluto, implicando para o jornalista ou a empresa de comunicação a responsabilidade pelo conteúdo da informação.

Não cabe ao Estado e seus poderes restringir o exercício da profissão do jornalista, quebrando o sigilo de suas fontes. Sob pena de se violar uma das mais consistentes e humanas liberdades: a de pensar. Ao fim e ao cabo, quando se quebra esse sigilo, quebra-se a democracia.

Grupo **RBS****Presidente Emérito:**
Jayme Sirotsky**Fundador:**
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)**Presidente**
Eduardo Sirotsky Melzer**CEO Mídias:** Claudio Toigo Filho
CEO e Bricks: Fábio Bruggioni
Diretora de Estratégia: Luciana Antonini Ribeiro**Conselho de Administração**Carlos Melzer
Cláudio Thomaz Lobo Sonder
Eduardo Sirotsky Melzer (Presidente)
Geraldo CorrêaJayme Sirotsky
Marcelo Sirotsky
Nelson Pacheco Sirotsky
Pedro Sirotsky**Diretoria Executiva Mídias****Presidente-executivo:**
Claudio Toigo Filho**Jornais:** Andriana Pettele
Televisão: Antônio Augusto Pinet Tigre
Rádios: Fabiana Fichbein Marcon
Editorial: Marcelo Rech
Finanças e Controladoria: Ibanor Pollesso**ZH**
JORNAL

Fundada em 4 de maio de 1964

Diretora de Redação:
Marta Gleich
Diretor de Produto, Marketing e Vendas:
Marcelo Leite
Diretor de Mercado Leitor e Operações:
Sidney Zamel
zerohora.com.br